Sumário

DIREITO FINANCEIRO

Da legitimidade no direito financeiro
Regis Fernandes de Oliveira 9

1 Democracia, legalidade e legitimidade 9
2 O iluminismo 13
3 *Potestas* e *auctoritas* 15
4 Duas concepções de legitimidade 16
5 Passos para a legitimidade 18
6 A legitimidade no direito financeiro – o orçamento como peça central 21
7 O direito financeiro hoje 24
Referências 26

Aspectos financeiros e tributários do *aporte de recursos públicos* nas Parcerias Público-Privadas
Fernando Facury Scaff, Raquel Lamboglia Guimarães 29

Introdução 29
1 O enquadramento financeiro e seus reflexos tributários do *aporte público* em PPPs 31
1.1 Os diferentes significados de *aporte* 31
1.2 O aporte público de capital entre o direito financeiro e o tributário 33
2 O Projeto de Lei nº 7.063-B, de 2017 40
Conclusões 41
Referências 42

A análise da constitucionalidade das emendas nº 86/2015 e a nº 95/2016 pelo Supremo Tribunal Federal – vinculações para o custeio dos direitos sociais e vedação ao retrocesso social
Marina Tanganelli Bellegarde 45

Introdução 45
1 Liberdades e limites do legislador orçamentário 46
2 Vinculações para custeio dos direitos fundamentais 49
3 Princípio da proibição do retrocesso social 51
4 Os impactos nos direitos fundamentais pelas emendas à Constituição nº 86/2015 e nº 95/2016 e o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal 56
Conclusão 63
Referências 64

A *referibilidade* das contribuições especiais e a Desvinculação das Receitas da União (DRU). Necessária interseção entre o direito financeiro e o direito tributário
André Felipe Batista dos Santos 67

Introdução 67
1 Classificação das espécies tributárias. Teoria pentapartite adotada pelo STF 70
2 A *referibilidade* das contribuições especiais e o conteúdo de sua norma constitucional de competência 72

3 Desvinculação das Receitas da União (DRU) aplicadas às contribuições especiais. Ocorre a transformação em "impostos"? 75
Considerações finais 81
4 Referências 82

O árduo embate para a imposição de taxas ao contribuinte: o caso das taxas da Suframa
Jesse Rodrigues dos Santos 85

1 Introdução 85
2 O histórico da cobrança pelos serviços da Suframa 88
3 Os serviços públicos oferecidos pela Suframa 89
4 Teorias e fatos sobre as taxas e a TSA 92
4.1 O sistema de cobranças da TSA 95
4.2 As contestações da constitucionalidade da TSA 98
5 A reformulação legislativa e os impactos sobre as receitas da Suframa 100
5.1 A nova configuração das taxas 100
5.2 Impactos na geração de receitas e as novas contestações 102
6 Considerações conclusivas 106
Referências 107

DIREITO ECONÔMICO

Reflexões sobre a democracia. O "naufrágio da civilização"
António José Avelãs Nunes 111
Referências 157

Segurança jurídica, direito público, relações econômicas e o princípio *nemo potest venire contra factum proprium*
Gilberto Bercovici 161
Referências 168

A regularização fundiária como instrumento de efetividade do direito à moradia e do desenvolvimento econômico e social
Andre Luiz dos Santos Nakamura 171
Introdução 171
1 O direito fundamental social à moradia 172
2 Regularização fundiária e direito à moradia 175
3 A Regularização Fundiária Urbana (REURB) 177
4 Programas de regularização fundiária em terras públicas – aspectos gerais 180
5 Programas de regularização fundiária do estado de São Paulo 182
Referências 185

As inconsistências da solução investidor-Estado na proteção internacional do investidor estrangeiro: análise das principais cláusulas substantivas dos BITs a partir dos casos arbitrais *ad hoc*, sob a perspectiva dos países receptores de capital
Thiago Ferreira Almeida 187
1 Introdução 188

2 Tratamentos Nacional (National Treatment – NT) 189
3 Tratamento da Nação Mais Favorecida (Most-Favored-Nation Treatment – MFN) ... 191
4 Proteção Mínima Internacional (Minimum Standard of Treatment – MST) 194
5 Tratamento Justo e Equânime (Fair and Equitable Treatment – FET) 196
6 Segurança e Proteção Total (Full Protection and Security – FPS) 199
7 Expropriações direta e indireta e compensação 200
8 Cláusula Guarda-Chuva (Umbrella Clause) 205
9 Conclusão 213
Referências 214

Estado e exceção econômica na periferia: acumulação primitiva e outras formas de expropriação do comum
Thiago Lemos Possas 223

Introdução 223
a) Itinerário 223
b) Enfoque metodológico 224
1 Da acumulação primitiva contemporânea 227
2 Outras formas de expropriação do comum 235
3 A exceção econômica brasileira: a permanência da pilhagem 243
Considerações finais 254
Referências 255

Capitalismo de plataforma e tipologia constitucional das plataformas digitais: entre mercados, praças públicas, anfiteatros e estradas
Gabriel Demetrio Domingues Coimbra 259

1 Introdução 259
2 Velocidade, complexidade, ambivalência e incerteza: heurísticas para a compreensão da era digital no mundo pós-pandemia 262
3 As revoluções industriais, a comunicação e a era digital 266
4 O progresso como escolha e a possibilidade do seu direcionamento social 270
5 A evolução do conceito de plataforma 274
6 Características das plataformas multilaterais digitais 277
6.1 Efeitos de rede 278
6.2 Não neutralidade da estrutura de preços 280
6.3 Concentração em ativos intangíveis com escalabilidade a custo marginal "quase zero" 282
6.4 Uso intensivo de dados e algoritmos 284
6.5 Tendência a concentração como quase-monopólios naturais 285
7 Conceito e funções das plataformas digitais 287
8 Tipologia constitucional das plataformas digitais 289
9 Referências 295

Instruções para os autores 299